

Índios ganham mais 4,9 milhões de hectares

O presidente Fernando Collor autorizou ontem a demarcação da área indígena mencragnoti, na fronteira entre Pará e Mato Grosso, num total de 4,9 milhões de hectares. A decisão atende a uma reivindicação que se arrastava desde 1961 e aponta uma vitória da Fundação Mata Virgem. Cerca de 500 índios do grupo caiapó se beneficiam com a demarcação. No Diário Oficial de ontem, a Fundação Nacional do Índio (Funai) publicou o ato da área indígena.

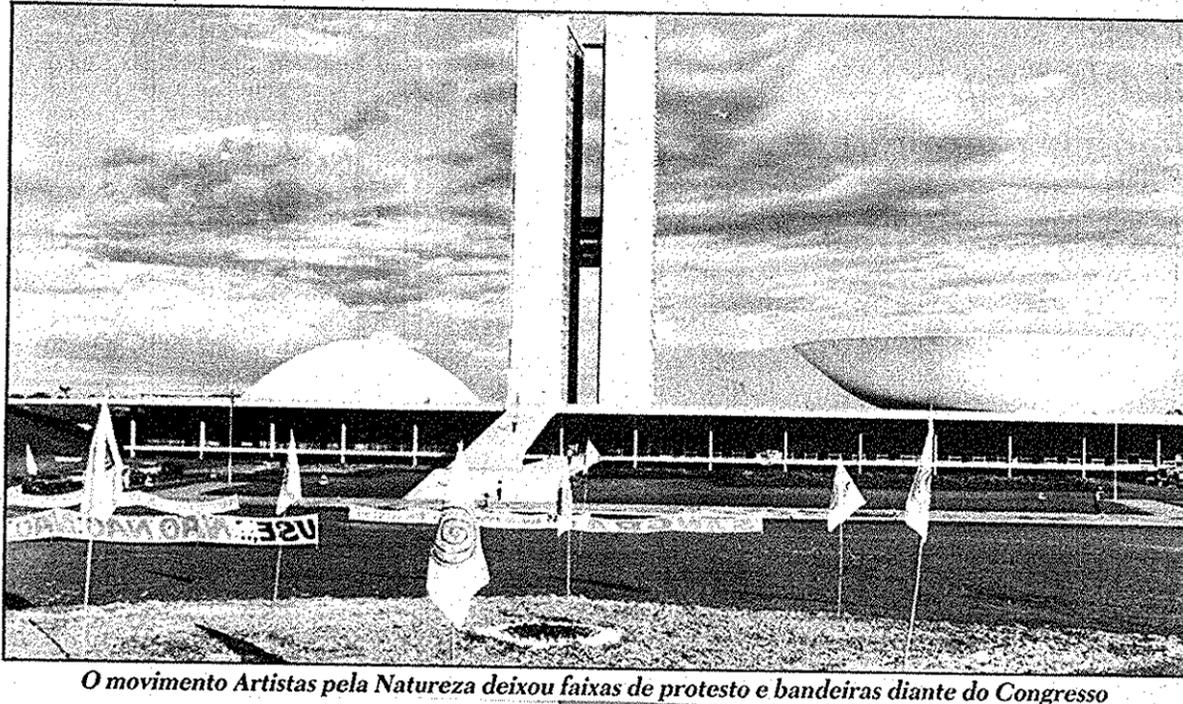
Com a demarcação dos 4,9 milhões de hectares, nos municípios de Altamira, São Félix do Xingu, Matupá e Peixoto de Azevedo, nos estados do Pará e Mato Grosso, o presidente Collor, em duas semanas, põe fim a um problema que representava "uma pedra no sapato" do Governo, principalmente perante às autoridades estrangeiras. Recentemente, Collor autorizou também a demarcação

da área dos ianomami, com 9,4 milhões de hectares, safando-se das pressões de movimentos ecológicos e de autoridades governamentais do exterior.

Cerca de 500 índios das aldeias cubercocre e pucanu passam agora a possuir uma área de 4,9 milhões de hectares, onde poderão caçar, pescar e sobreviverem da agricultura, como a coleta de castanha, babaçu, coco, buriti e ervas medicinais. Os caiapós, a partir da demarcação, poderão agora dotar a área de condições de sobrevivência biológico e cultural.

Os mencragnoti são "parentes" do cacique Raoni, que, junto com o cantor Sting, brigou muito para conquistar esta área. Há 15 dias, Raoni pediu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) uma ação eficaz do órgão, visando retirar dezenas de garimpeiros.

ZULEIKA DE SOUZA



O movimento Artistas pela Natureza deixou faixas de protesto e bandeiras diante do Congresso

Deputada teme novos conflitos

A demarcação de mais de nove milhões de hectares como território Ianomami, anunciada pelo Governo Federal na semana passada, continua recebendo



muitas críticas de todos os segmentos da sociedade brasileira. A deputada Teresa Jucá (foto), do (PDS-RR), ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados, na tarde de ontem, assegurando ter sido dado "um passo perigoso e arriscado para o futuro da região Amazônica". Teresa Jucá atribuiu a demarcação de 9 milhões 419 mil 108 hectares como território Ianomami a pressões internacionais somadas a um total desconhecimento da realidade regional.

A decisão, segundo a deputada,

poderá gerar um quadro de tensão entre as comunidades indígenas e as sociedades locais da região Amazônica, uma atitude que garantirá a cada índio Ianomami uma área de mais de dois mil e 500 hectares, "discriminatória e incompatível com a nossa população e a nossa realidade", disse a deputada.

Teresa Jucá garantiu que a discriminação ultrapassa as comunidades da região, atinge também as demais comunidades indígenas que estão tendo seus territórios demarcados com a média de 210 hectares por índio.

Outro dado apontado é a demarcação do território venezuelano Ianomami. Segundo a deputada, o governo da Venezuela optou pela demarcação como reserva ecológica ao invés de área indígena. "Uma saída melhor e mais segura", garantiu Teresa.